

## ECONOMIA



Guglielmo Mangiapane/Reuters

Com 2,1 milhões de pessoas na pobreza ou exclusão social, Portugal continua longe da meta que fixou para 2030. O objetivo é reduzir este universo para 1,4 milhões.

## RENDIMENTOS

# Taxa de pobreza tarda em voltar ao mínimo de 2019

População na pobreza ou exclusão social persistiu no ano passado acima dos dois milhões - e agravada nos mais velhos, apesar da subida de pensões próxima de 5% para a maioria. Regiões de Setúbal, Centro e Alentejo somaram pobreza. Madeira teve forte redução.

MARIA CAETANO  
mariacaetano@negocios.pt

Num período novamente marcado por uma subida elevada da mediana de rendimentos, em 7%, sem que tenha havido aumento das desigualdades, a taxa de pobreza voltou às descida

das no ano passado, mas sem que tenha sido ainda possível retomar o mínimo do histórico nacional disponível, de 2019, obtido antes da pandemia.

Os primeiros dados relativos a 2023 do Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos do Instituto Nacional de Estatística (INE), conhecidos nesta terça-feira, indicam que a taxa de pobreza caiu de 17% para 16,6%, retomando uma trajetória descendente.

Num ano de forte crescimento do emprego e ainda elevada inflação, esta quebra foi acompanhada de uma menor percentagem de famílias com fracas ligações aos mercados de trabalho (4,8%) e também dos níveis de privação material severa (4,3%), ao mesmo tempo que houve uma diminuição das disparidades na distribuição de rendimentos (o coeficiente de Gini caiu para 31,9%).

A tendência é novamente po-

sitiva. Mas não chega ainda para desfazer o agravamento da taxa de pobreza vivido do ano anterior (de 16,4% para 17%) e tão pouco para retomar o mínimo de 16,2% obtido antes do embate da pandemia e dos choques que se lhe sucederam.

“É uma descida, mas não atingem os valores de 2021, quando se deu a subida inesperada para 2022, nem muito menos os valores de 2019, quando a taxa

## 16,6

## POBREZA

A taxa de pobreza caiu em 2023 para 16,6%. Nos últimos anos, agravou-se em 2020 e em 2022, e ainda não recuperou.

atingiu o valor mais baixo em toda a distribuição”, assinala Fernando Diogo, investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS) da Universidade Nova de Lisboa, com vários estudos sobre a pobreza no país. “Ainda não voltámos ao valor de antes da pandemia”.

Os dados apurados pelo INE mostram também que, apesar da descida da taxa, a população em situação de pobreza ou exclusão social quase não se alterou em termos absolutos, persistindo em torno de 2,1 milhões de pessoas e muito longe de garantir o objetivo fixado pelo país para o final da década (1,4 milhões).

## Pobreza infantil recua

Também o universo na pobreza infantil não tem vindo até aqui a fazer progressos, com a Rede Europeia Anti-Pobreza a produzir recentemente um manifesto de preocupação, destaca Fernando Diogo, um dos signatários.

Em 2023, contudo, houve melhorias. À semelhança do que aconteceu com a taxa global, a taxa de pobreza infantil recuou. A descida é significativa, de 20,7% para 17,8%, superior à que ocorre entre a população ativa (16% para 14,4%), num ano em que pela primeira vez a taxa de pobreza das famílias com crianças (16,4%) é mais baixa que a de famílias sem crianças (16,7%). “É a primeira vez que essa situação se inverte, embora muito pouco, mas é simbolicamente muito importante”, assinala o investigador, também professor da Universidade dos Açores.

O ano de 2023 teve o início efetivo da implementação da Garantia para a Infância, legislada no ano anterior e destinada a assegurar um valor de transferências sociais mínimo para as famílias com crianças em situação de pobreza.

Ainda assim, a taxa de pobreza das famílias monoparentais mal mexeu, nos 31%, e agravou-se fortemente a taxa das famílias com três ou mais crianças, para 28,2%.

## Mas sobe para os mais velhos

Entre os maiores de 65 anos, e ainda que as pensões tenham tido uma atualização significativa no ano passado (4,83% entre as mais baixas, que constituem a maioria), a taxa de pobreza aumentou contudo significativamente, de 17,1% para 21,1%.

“Não se percebe porque é que aconteceu isto em 2023, considerando que já houve algumas medidas para melhorar o rendimento dos idosos. Talvez essas medidas não tenham chegado aos mais pobres”, admite o sociólogo que, no entanto, antecipa melhorias com o alargamento e a valorização do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para 600 euros realizados este ano. “Arrisco-me a dizer que haverá uma redução significativa da pobreza entre os idosos”.

Já em 2025, o CSI subirá para 630 euros, quase acompanhando o limiar de pobreza agora atualizado. Além desta medida destinada a complementar as pensões mais baixas, haverá ainda um reforço extraordinário de caráter permanente na atualização das pensões até cerca de 1.500 euros, aprovado pelo Parlamento à revelia do Governo.

O ano de 2023 foi, de resto, marcado por melhorias na capacidade de a proteção social reduzir a pobreza. Segundo o INE, sem transferências (excluindo efeito de pensões) a taxa de pobreza teria sido de 21,4%, mais 4,8 pontos percentuais.

Os dados por região mostram, no entanto, que houve algumas exceções à redução da taxa de pobreza no país, com Península de Setúbal, Centro e Alentejo a subirem para 18,7%, 16% e 15,8%, respetivamente. O INE teve já em conta a nova divisão administrativa na qual a Área Metropolitana de Lisboa (AML) deixou de figurar, distribuindo-se agora os seus territórios por Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo. Fernando Diogo admite que “alguma” da pobreza antes identificada na AML surja agora nos dados da Península de Setúbal, que apresenta a taxa mais elevada em Portugal continental.

Os Açores, contudo, mantêm-se ainda a região de maior pobreza, a única com taxa superior a 20% (24,2%), depois de a Madeira ter tido uma forte quebra na taxa de pobreza, em 5,7 pontos percentuais, para 19,1%.

Os Açores mantêm também a maior desigualdade de rendimentos nacional (coeficiente de Gini 33,8%), seguidos de perto pela Grande Lisboa (32,9%). Esta última regista, porém, a mais baixa taxa de pobreza do país (12,9%) quando medida pela linha de pobreza nacional. ■

## LISBOA MAIS POBRE NA TAXA REGIONAL

Além do limiar de pobreza nacional (632 euros mensais), o INE calcula limiares regionais. Neste indicador, devido aos rendimentos mais elevados, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal acabam por surgir com maiores níveis de pobreza relativa, ao contrário do que ocorre no resto do país.

